

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
DEPARTAMENTO DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO

Monografia da Disciplina
Habitação, Metrôpoles e Modos de Vida - SAP 5846
Prof. Dr. Marcelo C. Tramontano

**AS RELAÇÕES ENTRE ESPAÇO PÚBLICO E PRIVADO
NA GÊNESE DA REVOLUÇÃO HABITACIONAL E
NAS TRANSFORMAÇÕES DA “DONA” E DA “CASA”**

ANA CRISTINA DA SILVA ARAUJO
Código USP: 5189744

São Carlos - Janeiro/ 2006

Sumário

Plano de Pesquisa Revisado	01
----------------------------------	----

Monografia:

As relações entre espaço público e privado na gênese da revolução habitacional e nas transformações da “dona” e da “casa”

1. Introdução	07
2. Conceitos sobre o público e o privado	10
2.1. Lar e <i>home</i>	12
2.2. Domesticidade	12
2.3. Vida Privada	12
2.4. A casa, um significado	13
3. A gênese da Revolução habitacional	14
4. A transformação da “dona” e da “casa”	20
5. Considerações finais	25
6. Bibliografia	28

PLANO DE PESQUISA REVISADO

1. Introdução

As implicações pertinentes ao modo de vida e ao modo de habitar têm sido bastante abordadas sobretudo nos diálogos acerca do comportamento urbano e da cultura urbana.

As relações de vizinhança observadas entre os moradores das vilas operárias e os moradores de aglomerados urbanos, o grau de intimidade dos moradores quando relacionado aos aglomerados residenciais de diferentes características, dá pistas de que a cidade talvez não seja o palco único e central da integração social de trabalhadores, operários e da elite dominante ao longo dos séculos.

O poder público e privado interfere no modo de vida e dita as regras de comportamento tanto na Europa quanto no Brasil, especialmente na passagem do século XIX para o século XX.

Neste contexto são importantes as transformações sociais que alteram o papel da mulher, elevada ao papel de senhora do lar com atribuições tanto no funcionamento da vida privada, na intimidade familiar, quanto nas relações da família com o mundo exterior, que propicia aos filhos e marido o bem estar necessário para que estes desempenhem as funções relacionadas ao espaço exterior, especialmente ao trabalho.

Assim, a vida privada com funcionamento garantido pela senhora do lar, com crescente representatividade na sociedade, faz desta mesma vida privada contida nos limites do lar, o refúgio necessário ao descanso, em que o emprego e o controle do tempo se coloca de modo fundamental para a harmonia deste funcionamento.

Se por um lado a vida privada é mantida nos limites do lar, por outro lado a intimidade, o espaço do indivíduo não se dá no âmbito da vida familiar até quando ocorre o desdobramento da vida privada

como identifica Prost (1991) ao descrever o espaço do indivíduo como um direito dentro da vida privada:

Antes dessa revolução habitacional, de fato, a vida privada individual era inevitavelmente partilhada com os que conviviam no mesmo espaço doméstico. Os muros da vida privada separavam o universo doméstico do espaço público, isto é, dos estranhos ao grupo familiar. Mas, por detrás desses muros, exceto entre a burguesia, faltava espaço para a privacidade de cada membro da família: o espaço privado, portanto, era apenas o espaço público do grupo doméstico. (p. 72)

O que Prost quer dizer com revolução habitacional? E vida privada individual? Como se caracterizava o espaço doméstico a que ele se refere? Quais os limites entre espaços públicos e privados e de que forma estes se rompiam? De que modo os espaços privados eram organizados que permitia à família burguesa uma privacidade individual que não era possível nas demais habitações?

No exposto acima, há alguns conceitos que, uma vez definidos, podem nos dar informações relevantes e a dimensão das relações a serem tratadas.

Além disso, a discussão sobre a intimidade na vida doméstica e sobretudo as relações entre o poder público sobre o espaço privado, pode não ser considerado da mesma forma quando tratamos da população pobre, que representa a maioria da população urbana que, mesmo incluída nos programas de política habitacional, mora mal, em cômodos exíguos ou na maioria das vezes, aglomerada em um único cômodo o que não a difere da população excluída dos programas habitacionais e com subtração das condições mínimas de habitabilidade, porém a difere largamente da população de maior renda, seja ela a burguesia dominante ou a elite.

Não será objeto específico deste trabalho, ao menos não se pretende inicialmente, reter-se exclusivamente à moradia (ou à falta de moradia) entre a população menos favorecida como aquela que irá compor a dialética das relações entre espaços públicos e privados porém, a abordagem da habitação destinada ou ocupada pelos trabalhadores e operários poderá se fazer presente.

A disposição do dinheiro que pode iniciar a garantia da vida privada, a família domesticada, a redefinição do papel da mulher, a socialização da educação dos filhos, a relação da vida familiar, da casa, do lar e a evolução dos espaços específicos para o trabalho, certamente vão servir de lastro para o entendimento proposto no presente trabalho.

Partindo destas considerações ainda muito preliminares, percebe-se que um bom modo de abordar as transformações da relação dos espaços privados com o modo de vida, no período recortado entre os anos finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX perpassa pelo entendimento da evolução do quadro doméstico, da relação do indivíduo com o trabalho e, de um modo muito específico, com a constituição e evolução dos espaços públicos em que a história se inscreve.

A complexidade do assunto e a gama de transformações que ocorrem muitas vezes no espaço de algumas décadas, podem propiciar um estudo que de tão abrangente não se define, contudo, pretende-se que com o desenvolvimento do trabalho, os eixos centrais da discussão sejam identificados e sobre eles se acendam os holofotes desta discussão.

2. Objetivo Geral

Estabelecer na medida do entendimento a relação histórica que identifica e marca a transição do modo de vida e do comportamento do indivíduo no âmbito dos espaços públicos e privados na Europa e no Brasil do século XIX adentrando no século XX.

3. Objetivo Específico

Resgatar os aspectos históricos que contextualizem o modo de habitar da população européia e brasileira.

Verificar as semelhanças e particularidades do modo de morar da burguesia e dos trabalhadores europeus e brasileiros

Identificar as interferências do poder público no espaço privado.

4. Metodologia

Propõe-se realizar este trabalho através de pesquisa bibliográfica sobre o tema abordado, em profundidade necessária para o fornecimento de subsídios, favorecendo o entendimento das relações pertinentes entre os espaços públicos e privados.

A pesquisa abrangerá as obras, artigos e textos que tratem do modo de vida relacionados aos espaços públicos e privados, que permitam o estabelecimento de comparações, bem como a verificação de contraposições e semelhanças desta relação em diferentes épocas.

A pesquisa bibliográfica envolve os acervos da biblioteca da EESC/USP, da UNESP/Marília, eventuais teses e artigos disponíveis em arquivos de bibliotecas virtuais da Internet, preferencialmente em sites de Universidades e revistas eletrônicas de temas relacionados aos estudos de comportamento e modo de vida.

5. Cronograma

Período	Atividade
09/11 a 15/11/05	Definição da bibliografia e leitura inicial de textos para definição do tema da monografia e elaboração do plano. Entrega do plano de pesquisa
16/11 a 30/11/05	Revisão da bibliografia selecionada para a revisão do plano de pesquisa.
07/01 a 15/01/06	Leitura de obras, textos e artigos.
15/01 a 24/01/06	Redação da Versão Final da Monografia
25/01/06	Entrega da Versão Final da Monografia

6. Bibliografia inicial

PROST, Antonie. **Transições e Interferências**. In: Prost, A. (org) História da vida Privada. V. 5: Da Primeira Guerra aos Nossos Dias. São Paulo. Companhia das Letras, 1992. p.114-143.

PROST, Antonie. **A Família e o Indivíduo**. In: Prost, A. (org) História da vida Privada. V. 5: Da Primeira Guerra aos Nossos Dias. São Paulo. Companhia das Letras, 1992. p. 60 a 94.

PROST, Antonie. **Fronteiras e Espaços do Privado.** In: Prost, A. (org) História da vida Privada. V. 5: Da Primeira Guerra aos Nossos Dias. São Paulo. Companhia das Letras, 1992. p. 13 a 59.

PERROT, Michelle. **Maneiras de Morar.** In: Perrot, M. (org) História da vida Privada. V.4: Da Revolução francesa à Primeira Guerra. São Paulo. Companhia das Letras, 1992. p. 307 a 323.

GUERRAND, Roger-Henri. **Espaços Privados.** In: Perrot, M. (org) História da vida Privada. V.4: Da Revolução francesa à Primeira Guerra. São Paulo. Companhia das Letras, 1992. p. 325 a 412.

RYBCZYNSKI, Witold. **Casa: Pequena História de uma Idéia.** Rio de Janeiro. Editora Record, 2002. p. 29 a 85.

Nota: Esta bibliografia refere-se àquela selecionada na data de entrega do plano de pesquisa. A bibliografia completa utilizada para o desenvolvimento do trabalho está relacionada na última página.

Monografia

**AS RELAÇÕES ENTRE ESPAÇO PÚBLICO E PRIVADO
NA GÊNESE DA REVOLUÇÃO HABITACIONAL E
NAS TRANSFORMAÇÕES DA “DONA” E DA “CASA”**

1. Introdução

Vida privada e vida pública podem ser do ponto de vista terminológico facilmente confundidos ente si e com outros termos relacionados a eles, como privacidade, intimidade, esfera pública, poder público e tantos outros. A separação conceitual é mais complexa se a conceituação for baseada no senso comum, que afeta qualquer análise.

A corrente de pesquisa que se apóia na máxima de que “tudo é história” e, nesse sentido todos os aspectos intrínsecos a ela fazem parte do estudo historiográfico, muitas vezes saindo do âmbito dos grandes acontecimentos para recuperar no passado os elementos para uma reconstituição que caminha para o entendimento do estado presente, é o que se pretende com preponderância nesse trabalho.

Parte deste movimento de estabelecer o resgate do passado para o entendimento do presente se confunde com a própria noção de vida privada e cotidiano, na reconstrução da vida comum e rotineira. No senso comum, cotidiano está diretamente ligado à dimensão da vida em que se age sem pensar, de modo inconsciente, seguindo a dinâmica dos acontecimentos corriqueiros, onde o tempo da vida, onde a história não acontece, os eventos apenas se sucedem para garantir a sociabilidade humana.

Se adotarmos momentaneamente que refletir sobre o cotidiano é indissociável do pensar sobre a vida privada, sendo o primeiro uma ampliação do segundo na esfera das relações sociais fora do espaço familiar, esbarramos em um tipo de associação que pode chegar facilmente na mistura dos conceitos e na apropriação indevida de um termo pelo outro, a ponto de ser possível dizer que são a mesma coisa.

Consciente do risco de apropriarmo-nos indevidamente de termos que na essência não são a mesma coisa, mas na superfície se assemelham pela associação de que um é parte construída pela ação

possível ou então como espaço da realização de alguns aspectos do outro – o que também se aplica na relação de vida privada e cotidiano – é que se faz necessário recorrer a um levantamento teórico que explique o conceito de público e privado; esfera pública e esfera privada; espaços públicos e espaços privados; privacidade; intimidade; domesticidade, entre outros.

Essa conceituação é o ponto de partida do presente trabalho, que segue na investigação por análise bibliográfica de duas questões fundamentais, dentre tantas, em dois momentos importantes que sinalizam uma ruptura no modo de morar e insere novas preocupações na estrutura da casa.

A primeira e não necessariamente por ordem cronológica, refere-se a repulsa da burguesia quanto ao modo de morar da classe operária que desencadeia uma série de medidas, normas e ações por parte do poder público, a pretexto de uma moralização e higienização destes espaços. Neste caso, são contundentes as transformações que ocorrem tanto na Europa, quanto no Brasil desencadeando verdadeira “revolução habitacional” e inserindo os preceitos da moradia mínima, com conseqüências percebidas até os dias de hoje.

Outra questão importante para consolidar as mudanças efetivas da casa, consiste na ampliação do papel da mulher na sociedade que, ao assumi-lo, redimensiona o funcionamento da vida privada com impacto que ecoa fortemente na composição familiar e altera as relações sociais.

O ingresso da mulher no trabalho, sua recusa em iniciar ou permanecer em casamentos pré-determinados conferem à emancipação da mulher perante o homem, o marido ou o pai, além de um reposicionamento perante a sociedade, ambos reforçados pela emancipação econômica da nova mulher. O período entreguerras acolhe grande parte da escalada da mulher para tais conquistas.

Pretende-se que estas duas questões, a primeira referente à gênese da revolução habitacional e a segunda referente à transformação da

"dona" e da "casa",¹ sejam o tecido por onde se costura as relações entre o espaço público e privado.

¹ O trocadilho é proposital e vem da expressão "dona de casa" termo que identifica a mulher como senhora do lar, detentora das decisões do espaço doméstico e da própria casa, espaço privado que se altera para acompanhar as transformações em curso. Ambas em transformação, a dona e a casa.

2. Conceitos sobre o público e o privado

É apoiado nas definições de Habermas que se pretende definir público e esfera pública, termos usados amplamente nos estudos sobre espaços públicos e privados que, pelo uso corrente, terminam adquirindo outros sentidos e alcances, os quais tenta-se aqui resgatar sua natureza.

Define-se como sendo “públicos certos eventos quando eles, em contraposição às sociedades fechadas, são acessíveis a qualquer um”,² assim como são acessíveis os locais públicos ou casas públicas.

Os “prédios públicos” são espaços que abrigam instituições ou órgãos do Estado, muitas vezes não liberados para a frequência do público, o que significa que não estão acessíveis para qualquer pessoa, porém, por abrigar parte do Estado são públicos. Já o Estado, na medida em que detém a tarefa de promover o bem público assume a qualidade de público e sua atuação tem o alcance de poder público, o Estado é o poder público.

A “esfera pública”, que tem como sujeito o público portador da opinião pública, é o recinto, o campo de ação do que é parte do público e o que não está neste âmbito é “privado”.

A definição do espaço público como primeira referência etimológica do século XVIII caracteriza-se e encontra-se no intermediário, na fronteira do que está entre a sociedade civil e o Estado, constituído historicamente e involuntariamente – no sentido de não decretado – como um local simbólico a representar o que está contido agora em um espaço mais vasto do que antes, no discurso da opinião pública, dos agentes políticos, sociais, religiosos, culturais e intelectuais que formam a sociedade. O espaço público é o palco formado pela legitimidade do tempo, que se constitui no plano do debate com vocabulário e valores comuns.

² Habermas, 1984, p.14.

Em uma democracia de massas, o que aproxima a definição de espaços públicos para tempos atuais, constituindo-se em um espaço muito mais vasto, onde também é maior o número de agentes intervindo publicamente, onde à gama de temas se incorpora à presença maior da informação, dos conhecimentos, do *marketing* e da comunicação; este espaço público simboliza a consolidação da democracia em ação na concordância dos valores comuns ou na expressão contraditória das opiniões e ideologias a constituir o laço político necessário para que milhões de cidadãos se sintam participantes efetivos da política.

Uma das razões pela qual espaço público tornou-se um termo da moda³, resulta dos movimentos emancipatórios focados na valorização da liberdade individual e de tudo que é público em contraposição ao privado, uma vez que, na defesa do privado, defendia-se também as regras, as convenções, as tradições, características da postura conservadora que se opunha à necessidade de mostrar publicamente aquilo que se é, na defesa da liberdade individual.

Na análise da esfera pública burguesa, em que Habermas observa “o fato de que são pessoas privadas que nela se relacionam entre si como público”⁴, revelam a concepção que o público tem de si mesmo, guiado pelas experiências privadas com início na subjetividade em relação ao público, na esfera íntima da pequena família que historicamente dá origem a privacidade, no sentido moderno de uma “interioridade livre e satisfeita”.

³ Habermas ao adotar o espaço público em suas análises políticas a partir dos anos de 1970 resgatou a gênese do termo, contribuindo para o uso recorrente do termo também nos debates sociológicos e políticos.

⁴ Habermas, 1984, p.43

2.1. Lar e *home*⁵

A afeição das pessoas pelas suas casas, introduz ou consolida significados peculiares e que muito nos diz do modo como o conjunto da sociedade se relaciona no espaço físico privado, nesse sentido “lar” é a reunião dos significados de “casa e família, de moradia e abrigo, de propriedade e afeição”⁶ e *home* significa a casa e tudo que contivesse no interior ou em torno dela, “assim como as pessoas e a sensação de satisfação e contentamento que emanava tudo isto.”⁷

2.2. Domesticidade

Com todos esses significados a casa é sentida como um elemento que quase adquire vida própria: foi ficando mais íntima, adquiriu ares disso ou daquilo, tornou-se um espaço feminino e até introduziu algo que antes não existia, como a domesticidade que segundo Rybczynski, “é um conjunto de emoções sentidas, e não um único atributo”⁸, a domesticidade incorpora sentimentos relacionados à família, à intimidade e à devoção do lar.

2.3. Vida privada

Assim como a história dá sentido e define a vida privada em relação à vida pública e assim como os sentidos transitam conforme as variações dos meios sociais, é também coerente dizer que a história da vida privada seria dada pela compreensão das relações presentes no espaço doméstico, através dos hábitos, estruturas e dinâmicas familiares, que não pode ser confundida com a história do cotidiano, mesmo sendo um dos aspectos da vida privada.

⁵ Rybczynski observa que a palavra *home*, “que conota um ‘lugar’ físico mas que também tem o sentido mais abstrato de um ‘estado de espírito’, não tem equivalente nas línguas européias latinas ou eslavas. O alemão, o dinamarquês, o sueco, o islandês, o holandês e o inglês têm palavras de som semelhante para “*home*”, todas derivam do nórdico antigo “*heima*”. Rybczynski, 2002, p.73.

⁶ Rybczynski, 2002, p.73.

⁷ Rybczynski, 2002, p.73.

⁸ Rybczynski, 2002, p.85.

2.4. A casa, um significado

Primeiramente a casa é o local onde se exerce o domínio privado, mas foi também o local por onde o domínio do poder público se manifestou fortemente e de modo intromissivo. Ambos os domínios reforçam o conceito de que a casa é moral e pilar da ordem social; é um elemento de fixação do indivíduo e de sua família, do trabalhador em relação ao trabalho; é linha fronteira entre o que causa temor, desproteção, que é desordem e caos – o externo e público – e o que é contido, finito, doméstico, de controles próprios, que atribui aos seus a propriedade, a honra, a proteção, que proporciona o descanso, o convívio, a intimidade e a privacidade.

Mas, parte desta descrição é atribuída à casa burguesa tanto européia quanto brasileira, em que se pressupõe a amplitude e a especificação dos cômodos para que ela de fato propicie a privacidade e o conforto⁹ subentendidos.

⁹ Conforto é uma terminologia difundida no final do século XVIII como observa Perrot quando define que “o interior designa menos o coração do homem que o da casa, é condição para a felicidade; e o conforto, para o bem-estar” e reproduz o conselho de Jean-Baptiste Say, à “classe média” leitora de *La década philosophique* (1794-1807): “Meus amigos, colocai esta palavra em vosso dicionário, e oxalá possais possuir tudo que ela exprime”. Perrot, 1991, p.309.

3. A gênese da revolução habitacional

Vejamos o que nos diz Perrot quando descreve as inquietações dos que estão às vésperas do século XX:

[...] a casa é o objeto de lutas internas, microcosmo percorrido por sinuosidades e fronteiras onde se defrontam o público e o privado, homens e mulheres, pais e filhos, patrões e empregados, família e indivíduos. A distribuição e o uso dos cômodos, escadas e corredores de circulação das pessoas e coisas, locais de descanso, para cuidados e prazeres do corpo e da alma, tudo obedece a estratégias de encontro e evasão que trespassam o desejo e preocupação para consigo. (Perrot, 1991, p.310)

A descrição do que significa a casa, da distribuição dos cômodos e da associação da casa como local de descanso, pressupõem que a casa é ampla e dotada de cômodos específicos para diversas atividades que vieram representar o modelo da casa burguesa. É a repetição destas descrições que sinalizam a homogeneidade do modo de vida burguês do século XIX.

Contudo, os elementos gerados pela cultura, política e religião intrínsecos nas relações sociais e familiares que interferem nas estruturas e usos da casa podem ser bastante sutis, mas são estas as nuances que compõem os diferentes modos de vida, mesmo dentro de uma burguesia européia.

Consta ainda que no início do século XX, o movimento operário europeu que até então não se posicionava nas questões de habitação, começa a reivindicar ar puro e salubridade. Contudo, os operários ainda não inserem a questão da moradia como prioridade orçamentária, mas assim o faz com as vestimentas, pois estas permitem que participem de atividades que acontecem no espaço

público com boa aparência. Priorizam as vestimentas ao invés da habitação, primeiramente porque são mais acessíveis, mas também porque é na rua, na possibilidade dos imóveis coletivos e do bairro – espaço intermediário considerado como essencial para ingresso e aculturação – que suprem as necessidades do convívio.

Patronato industrial, médicos propagadores da higiene pública elaboram políticas de habitação destinadas a salvar, pelo desamontoamento, os operários da tuberculose e do alcoolismo. A noção de “moradia mínima”, com normas de cubagem do ar e conforto, projeta-se desde o século XIX.(Perrot, 1991, p. 314).

A cidade, que é por onde se constitui o espaço público, também é espaço de ascensão ou degradação da vida e das relações sociais, tanto quanto é o interior da casa e os espaços intermediários são os locais por onde se compensa a mediocridade da casa. Nesse contexto os prazeres, a intimidade, as trocas sociais são realizadas fora do ambiente amontado e populoso das casas, como observou Perrot, imprimindo à cidade a noção de liberdade em oposição à casa. Dentro desta noção de liberdade está a possibilidade de poder escolher seu domicílio e de estabelecer seu modo de vida. Talvez estas sejam as razões pelas quais a resistência às vilas operárias urbanas ou patronais fez fracassar os primeiros projetos de vilas na França.

Os operários preferiam viver em habitações precárias a ser submetidos aos regulamentos de suas ações privadas, temendo principalmente que perdessem o domínio, o mando da casa. Esse pensamento foi dominante na passagem dos séculos XIX para XX.

O que mais ressalta nesse momento, é a evidente defesa pela vida privada ameaçada pela imposição das questões de salubridade da habitação e da imposição dos valores morais burgueses. Defesa essa que não estancou as fortes implicações na relação entre patrões e operários, caracterizadas pela estratégia de fixação do operário ao

emprego, como observa Blay (1985, p.17-18) em seus estudos sobre vilas operárias paulistas ao constatar que na medida em que o operário não detém a propriedade da casa, “não se prende a nenhum lugar, conseqüentemente a nenhum empregador e pode lutar e se mudar para conseguir melhores salários”,¹⁰ por outro lado, sendo tênue seu vínculo com o trabalho, dá espaço para uma vida ociosa permissiva dos prazeres desregrados que subtrai e restringe a força e o empenho do operário. Portanto, tornou-se de suma importância melhorar as condições de vida e fixar os operários próximos ao trabalho e desta forma, o patrão passaria a controlar e interferir na vida privada. Esses apelos foram mais fortes que a defesa da vida privada, vilas foram construídas e ocupadas por toda a Europa tendo as imposições sanitárias como contributivas para sua consolidação.

Ao menos no que se refere à grande parte da bibliografia em que se apóia essa discussão, percebe-se uma ambivalência entre a resistência em habitar as casas das vilas operárias e o desejo de se beneficiar da privacidade e da intimidade que a casa pode oferecer, buscando dentro da padronização alguma personalização, como sonham os anarquistas ao imaginarem a cidade futura pós-revolução:

Necessidade de calor, de limpeza, de ar puro, logo de intimidade familiar, arrebatado desejo de independência, gosto pelos espaços de “reforma”, onde se possa improvisar desenhando o projeto da casa, que não é apenas uma imposição burguesa. (Perrot, 1991, p.319)

Ao identificar a ambivalência entre a resistência à vida privada maculada nas casas das vilas e o desejo pela ampliação da vida íntima, deve-se considerar a influência do quadro doméstico e a história social

¹⁰ Desta afirmação Blay parte para a averiguação acerca das vilas operárias paulistas que de certa forma parecem contrariar a afirmação quando se atribui à casa própria a garantia necessária a dar segurança para que o operário mude de emprego quando lhe convier, libertando-o para procurar melhores condições de trabalho. Blay, 1985, p. 18.

das sociedades analisadas. Sendo assim, a repulsa e o desejo se manifestam de modo diferente na Inglaterra e na França. Partindo deste ponto, o que parece ambivalência no sentido de contradição ou de negação de um pelo outro, na verdade são as particularidades que compõem a vida privada da sociedade.

De qualquer forma, reservando as particularidades da sociedade inglesa, européia ou brasileira, a primeira década do século XX acolhe o crescente desejo de preservação da privacidade doméstica contrapondo-se em aversão aos constrangimentos da promiscuidade e dos olhares da vizinhança, consolidando o desejo de intimidade familiar, conjugal e social no conjunto da sociedade.

Assim a vida privada sofre transformações na mesma medida que o espaço em que ela se inscreve se modifica. Se por um lado o conjunto da população francesa conquistou o espaço doméstico necessário para a plena realização da vida privada, por outro, os contrastes entre as casas burguesas e as casas populares se acentuam durante a primeira metade do século XX. Encontra-se vasta descrição do que seria a casa burguesa, operária, rural e urbana neste período.

A casa burguesa repartia sua amplidão em diversos cômodos; “sala de visitas, uma cozinha e dependência de empregada(s), um quarto para cada membro da família, e muitas vezes alguns aposentos a mais”¹¹ e, embora os padrões morais fossem os burgueses, as casas populares dos operários e camponeses possuíam um ou dois cômodos, onde a família cozinhava e dormia. As herdades¹² mais abastadas dispunham de mais um cômodo e somente no entreguerras “a prosperidade dos camponeses teve sua tradução no acréscimo de um ou dois quartos ligados à essa sala em comum”¹³.

A maioria das moradias urbanas tinha um cômodo, algumas tinham dois cômodos ligados entre si, sendo este segundo a cozinha.

¹¹ Prost, 1991, p. 62.

¹² Correspondem às grandes propriedades rústicas, geralmente compostas de terras de plantio, criação de animais e habitação.

¹³ Prost, 1991, p.63

Em um único cômodo os moradores muitas vezes trabalhavam, comiam e recebiam os amigos, nesse espaço mínimo tinha que caber “duas camas, uma mesa, dois armários, uma cômoda, um suporte para o fogão a gás, espaço para as panelas, as fotos de família”¹⁴ ainda varais feitos de cordas atravessando paredes de um lado a outro onde secavam as roupas, debaixo da janela era comum a máquina de costura. Eram bem poucas as pessoas que moravam sozinhas e que ocupavam um cômodo individualmente.

A regra era a aglomeração e com ela as poucas condições higiênicas a desencadear frequentes doenças e, durante quase toda a primeira metade do século XX, o quadro permanece assim, com poucas casas construídas no período entreguerras devido à implementação de leis que tentam proteger os inquilinos, tendo como consequência proprietários desinteressados em construir casas frente à tão baixos aluguéis. A situação exigia que instituições e órgãos de habitação popular intervissem, porém os poucos financiamentos não alteram o quadro quantitativo das habitações populares frente às necessidades, ao que Prost afirma:

[...] a questão da habitação popular, posta desde o final do século XIX, até o começo da década de 1950 nunca foi totalmente resolvida. Para as cidades e a habitação, o século XX ainda não tinha começado. (Prost, 1991, p.67)

O quadro começa a se alterar após os anos de 1939 com o avanço do fornecimento de eletricidade que também trás consigo a invenção de equipamentos domésticos, grandes avanços ainda não acompanhados pelo fornecimento de água encanada e rede de esgoto, o que não impede que o arcaísmo habitacional verificado na França seja rompido com o incentivo do poder público nos primeiros anos da década de 1950, até quando o capital privado se volta para as

¹⁴ Prost, 1991, p.64

construções obedecendo às normas de divisão interna e tamanho impostas pelo poder público.

As normas prevêem gabarito mínimo para os cômodos da casa que se divide em uma sala, cozinha, no mínimo dois dormitórios (um para os pais e mais um para cada dois filhos), banheiros internos, local para lavar roupas e aquecimento central coletivo ou individual. As novas diretrizes para construção de moradias sofreram várias modificações e foram editadas para a construção de conjuntos habitacionais e imóveis financiados, constituindo-se em exigências mínimas.

As novas moradias proliferam e se esparramam pela periferia, sendo que o conjunto habitacional torna a moradia mais acessível e a divisão da casa em cômodos de tamanhos agora mais compatíveis com as necessidades da família, deixam de ser privilégio exclusivo da burguesia e alcança outra parte considerável da população.

A casa operária não sofre alterações no gabarito de modo tão expressivo como na média da população, porém o conforto moderno foi generalizado e a água encanada em 1973 alcança 97% das casas francesas e 70% tem banheiros internos.

Estas mudanças implicam em uma nova configuração no espaço com margem para um novo modo de viver, e inauguram a democratização do “direito de cada membro da família à sua própria vida privada”.¹⁵

A profusão da moradia mínima em larga escala e os equipamentos modernos da casa, constituem a “revolução habitacional” a que se refere Prost, transportando consigo a noção de intimidade e vida pessoal.

¹⁵ Prost, 1991, p.72.

4. A transformação da “dona” e da “casa”

A importância que se dava à cozinha era um reflexo da posição central da mulher na família holandesa. O marido podia ser o chefe da família e conduzir a prece à hora das refeições, mas em questões domésticas ele não era mais o “dono da sua própria casa”. Era a esposa, e não o seu marido, quem tinha mania de limpeza e arrumação, e esta mania não arrefecia por ser ela a encarregada a limpar. (Rybczynski, 2002, p84).

A descrição da posição da mulher holandesa na vida privada familiar tendo a cozinha como seu palco de atuação no exercício do poder doméstico, dá a dimensão da forma como ela, a mulher, se posicionava na vida familiar íntima, reservando as particularidades da família holandesa em que Rybczynski descreve uma certa obsessão das mulheres no asseio da casa, nos demais campos, a atuação da mulher praticamente inexistente inclusive no restante da Europa.

Era no interior do lar que a mulher tinha algum mando, embora nem sempre tenha sido assim, como já vimos, devido à inexistência de espaços que propiciassem o desempenho de grande parte das atividades domésticas.

O marido era o chefe da família e detinha grande parte do poder sobre ela: os filhos obedeciam mesmo quando a interferência paterna não era do seu agrado; a mulher em tudo dependia do marido e sua autonomia era impedida pelo restante dos mecanismos institucionais, como por exemplo abrir uma conta ou movimentar bens que dependia da autorização escrita do marido. Até meados do século XX, a divisão de papéis na relação marido e mulher, situavam a mulher na esfera doméstica e o homem em tudo que fosse necessário manifestar-se no âmbito externo, desde política até a representação da própria família.

Há quem discuta se essa divisão de papéis era apenas ilusória, contestando a legitimidade que se quer dar quando atribui à mulher um controle da esfera doméstica como sendo essencialmente algum poder decisivo, enquanto que o que de fato era importante estaria concentrado na atuação da mulher na vida pública. De qualquer forma, a discussão parece não alterar que, no momento em que se principia a revolução habitacional, na vida privada, o espaço doméstico era incontestavelmente da “patroa”, da “rainha do lar¹⁶” ou da “dona da casa”.

Mais por empirismo do que pelo apoio da bibliografia em questão, seria possível presumir que o desejo da mulher em romper com a divisão de papéis que a colocava silenciosamente em uma posição de submissão ao que é público, delimitando sua participação decisória exclusivamente na esfera doméstica; aquietava-se frente à constatação de que o seu bom desempenho doméstico era projetado na ascensão pública e profissional do marido.

O que de fato tem-se é que enquanto a mulher se ocupava em ser exclusivamente dona da casa, parecia não haver tempo nem razões para que se ocupasse das atividades públicas – salvo raras exceções exaltadas pela história – até que se criem condições mais favoráveis do ponto de vista histórico, político e sociológico, para que a atuação feminina exclusivamente doméstica atravesse as fronteiras entre a esfera pública e privada.

Assim a casa sob o controle feminino, assume características das quais ela defende impondo pequenas regras referentes à limpeza, ao asseio, à praticidade na ordem e disposição dos objetos, todas características que conferem à casa um ar feminino e introduz a noção de “lar doce lar”, expressão que resume o significado destas características, assim como a noção de aconchego. Para Rybczynski estas características introduzem a domesticidade no espaço privado e

¹⁶ Segundo Prost, “termos que variam conforme o meio, mas dotados do mesmo significado.” Prost, 1991, p.78.

se constitui em uma das “principais conquistas da Era Burguesa” e acima de tudo, “uma conquista feminina.”¹⁷

Antes que se avance mais na discussão, para que não seja interpretado como um descuido ou tentativa de forçar uma interpretação tendenciosa, é pertinente que se abra um parêntese para situar a origem do movimento feminino, que remonta na Europa Ocidental, onde se concretiza e toma forma a partir do século XVIII, o que não quer dizer que não existissem descontentamentos por parte da mulher em relação ao homem, anteriormente.

Registra-se que foi a partir das grandes revoluções que o feminismo incorporou seu cunho reivindicatório e ganhou força de expressão. A expansão do capitalismo e a Revolução Francesa fizeram surgir os “partidos de esquerda” onde as mulheres encontram espaço para as suas manifestações, tendo como resultados a instauração do casamento civil e a legislação do divórcio.

Ao final da Primeira Guerra Mundial as mulheres viram retroceder as antigas teses conservadoras, segundo as quais, “lugar de mulher é no lar”. Em todos os embates, nos quais as mulheres estiveram presentes, pode-se dizer que, dentre suas buscas, o direito ao voto sempre foi a questão primordial.

A Revolução de 1917 e a formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas trouxeram êxito às buscas do movimento feminista, em seguida no regime político de Lênin e Stalin, as conquistas retrocederam.

No Brasil a constituição republicana de 1891 já assegurava o voto para as mulheres, porém era mal interpretada e a mulher só conseguiu efetivamente o direito ao voto em 1932, em seguida surge a Legislação Trabalhista de proteção ao trabalho feminino e assim o movimento feminino segue como força defensora na busca de igualdade de direitos das mulheres em relação aos homens.

¹⁷ Rybczynski, 2002, p. 85

Depois de esclarecer que o movimento de equiparação dos direitos das mulheres não surgiu intempestivamente no século XX, pode-se fechar o parêntese e retomar a atuação feminina no âmbito da vida privada, que partindo de onde foi interrompido, dá os primeiros passos no avanço para a consolidação das mais profundas mudanças.

No curso das grandes mutações político-econômico-sociais que se aceleraram no século XX, as relações homem-mulher foram profundamente alteradas e, conseqüentemente, se alterou o sistema familiar: a mulher ultrapassa os limites do lar (onde há séculos cumprira o papel de "rainha do lar" que o sistema patriarcal lhe destinara) e ingressa no mercado de trabalho. Já agora para cumprir o novo papel que o sistema econômico lhe exigia, provocando profundas conseqüências, não apenas no plano político-econômico, como também no âmbito familiar.

O "planejamento familiar" dá outro sentido ao movimento pela contracepção desenvolvendo temas do controle da natalidade e expondo as conseqüências de uma gravidez indesejada, assim a sexualidade se dissocia da procriação.

O casamento abalado como instituição não altera nada a vida dos parceiros que já moram juntos, inclusive no plano jurídico tem-se o mesmo reconhecimento. Cresce a noção de liberdade que se pode adquirir na união informal, "assim a afirmação da vida privada de cada indivíduo corrói internamente a instituição matrimonial".¹⁸

As mudanças no modo de vida e na configuração da família, as transformações sociais e estruturais da nova configuração familiar caracterizada pela mudança do papel da mulher na sociedade, exigem mudanças no âmbito da casa que tende a diminuir tanto na sua dimensão, quanto no modo de funcionamento, já que a evolução industrial e a standartização dão conta de equipar a casa de modo simplificado e ajustado às funções da nova família.

¹⁸ Marins, 1998, p. 192.

Além da concepção de uma nova moradia, as atividades desempenhadas fora do âmbito da habitação se redefinem e passam a exigir espaços coletivos de serviços e lazer, implicando em diversas alterações no espaço urbano.

A partir da segunda metade do século XX, o contexto histórico-político brasileiro e a dimensão do papel do Estado na questão habitacional e urbana são determinantes para a adoção de mecanismos e posturas importantes, centradas na produção da habitação, na disseminação do conceito de casa própria e na política habitacional e urbana.

Em um feliz casamento entre o avanço tecnológico e industrial e a nova mulher, os objetos de consumo ocupam o cotidiano feminino, com o incentivo da propaganda que se volta fortemente para o consumo feminino a alardear as infinitas vantagens de enceradeiras e diversos aparelhos domésticos revolucionários, que prometem facilitar a vida da mulher, além dos objetos utilitários no âmbito mais pessoal, como os absorventes higiênicos, as pílulas anticoncepcionais e demais métodos contraceptivos (incluindo a camisinha com maior propagação em meados de 1980), assim constrói-se uma história social na vida privada, acrescentando o elemento da propaganda a alterar e produzir valores criando outras necessidades no espaço doméstico, impostas pelo apelo da propaganda “hollywoodiana” que, por fidelidade ao que se propôs nesse trabalho, seria uma outra história.

5. Considerações finais

Ao longo dos capítulos anteriores, algumas considerações fizeram parte do percurso percorrido para a aproximação do entendimento das relações entre vida pública e privada, e os desdobramentos advindos das mudanças estruturais pelas quais passam a sociedade representada no âmbito da família e, em especial, no papel da mulher; portanto caberão aqui apenas algumas considerações complementares.

Em qualquer período, sempre que é descrito o interior das casas européias e brasileiras, há que se considerar as particularidades sociais e históricas que retardam ou adiantam determinadas transformações, contudo, há sempre que se distinguir casas burguesas de casas populares com extremo cuidado, pois as diferenças são muito grandes e a grossa linha que separa uma da outra pode se tornar invisível, ao menos na conceituação e exemplificação das relações do cotidiano, ainda mais se impingir os valores individuais e pessoais, que como já sabemos, tem influências do ideário burguês, mesmo que não se tenha a condição econômica da burguesia ou da elite.

Se por um lado, todo o discurso de emancipação feminina – reproduzindo noções de privacidade, intimidade, direito das mulheres e equiparação na relação homem-mulher – mais o enfrentamento contido na revolução habitacional – alterando noções vida privada e idéia da moradia mínima – dão a impressão de que as transformações foram gerais, sem restrição e acolhendo toda a sociedade, então temos que observar as favelas, as moradias populares de baixa qualidade, os embriões¹⁹, as imensas aglomerações de barracos constituídos sobre terras invadidas, que não mais corremos o risco de confundir o que está de cada lado da grossa linha.

¹⁹ Os embriões foram adotados no Brasil pelo CDHU e COHAB, dentro do programa de política pública habitacional para combater o déficit habitacional. Consistia na construção de um cômodo e um banheiro contíguo ou afastado do cômodo e tinha como proposta que a família ali residisse até que juntasse recurso para ampliação do número de cômodos, o que raramente ocorria.

Nesse prisma a vida privada é feita de nuances que se assemelham pelos elementos do lar da burguesia francesa em relação ao lar da burguesia brasileira, assim como em relação aos lares de trabalhadores ou remediados, porque a realidade de uma sociedade difere nas relações de intimidade e de privacidade, pela componente da domesticidade e da hierarquia do poder tanto familiar, quanto público como foi visto. As nuances podem caracterizar as particularidades da vida privada sem negar a semelhança entre elas.

A família do século XIX que se aglomerava em casas de cômodos onde dormiam pai, mãe e filhos em um único cômodo, muitas vezes na mesma cama, que realizavam as diferentes atividades no mesmo cômodo, desprovidos de objetos pessoais, afinal em um espaço tão exíguo, não havia onde guardá-los; essas famílias tinham uma vida privada constituída no interior das finas paredes dos cômodos, porém subtraída da noção de intimidade e de vida pessoal e principalmente de dignidade.

A vida privada familiar e a vida privada individual constituem o desdobro da vida privada diante da nova moradia de áreas menos exíguas e dividida em cômodos, representada pelos conjuntos habitacionais da França. Nesse sentido, pode-se considerar que vida privada familiar e individual são componentes da revolução habitacional consolidada na segunda metade do século XX e preservada com a mudança do papel da mulher na sociedade.

Quando se fala sobre a questão da mulher se pensa em um discurso repetitivo e cansativo que mesmo sem intenção consciente acaba resultando no endeusamento das mulheres, ou ao contrário, crucificando-as ou estigmatizando-as por seus feitos ao longo da história. A pretensão aqui foi encontrar o seu lugar dentre os acontecimentos marcantes que culminaram na mudança da esfera privada e expansão da vida pública e tentar delegar a outros estudos, em outras situações mais oportunas, a dialética dos preceitos feministas.

Complementando, ainda de modo considerativo, no Brasil, a redefinição do interior da moradia e as alterações do espaço público e urbano encontram amparo especialmente nas propostas dos arquitetos modernos, sob forte influência das vanguardas internacionais que ecoavam principalmente no meio artístico e intelectual.

Muito teria ainda que analisar e considerar sobre as questões aqui abordadas, porém o que se propôs no âmbito de um trabalho monográfico, no que se referia ao entendimento da vida pública e privada costuradas aqui pela gênese da revolução habitacional e da transformação da "dona" e da "casa", espera-se que tenha avançado ao menos nas respostas formuladas no plano inicial.

6. Bibliografia

- BLAY, Eva A. **Eu Não Tenho Onde Morar – Vilas operárias na cidade de São Paulo**. Nobel, São Paulo, 1985.
- CASTAN, Nicole. **O público e o particular**. In: CHARTIER, R., AIRES, P. (org) História da vida privada. V. 3; Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.412-453.
- CASTAN, Yves. **Política e vida privada**. In: CHARTIER, R., AIRES, P. (org) História da vida privada. V. 3; Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.27-59.
- GUERRAND, Roger-Henri. **Espaços privados**. In: PERROT, M. (org) História da vida privada. V. 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 325-411.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- MARINS, P. C. G. **Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras**. In: SEVCENKO, N. (org) História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio. V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- PERROT, Michelle. **Maneiras de morar**. In: PERROT, M. (org) História da vida privada. V. 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 307-323.
- PROST, Antoine. **Fronteiras e espaços do privado**. In: PROST, A., VINCENT, G. (org) História da vida privada. V. 5; Da Primeira Guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.13-58.
- PROST, Antoine. **A família e o indivíduo**. In: PROST, A., VINCENT, G. (org) História da vida privada. V. 5; Da Primeira Guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.60-95.
- PROST, Antoine. **Transições e interferências**. In: PROST, A., VINCENT, G. (org) História da vida privada. V. 5; Da Primeira Guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.114-142.
- RYBCZYNSKI, Witold. **Casa: Pequena história de uma idéia**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2002.